

Guilherme de Souza Nucci

Curso de Execução Penal

2.^a edição

*revista, atualizada
e ampliada*



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 07.03.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de execução penal / Guilherme de Souza Nucci. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8580-6

1. Execução penal – Brasil. I. Título.

19-55313

CDU: 343.2(81)

Sumário

Capítulo I – Noções gerais	1
1. Fundamentos constitucionais	1
2. Conceito de execução penal.....	3
2.1. Sentença e decisão criminal	3
3. Natureza jurídica da execução penal	3
4. Autonomia do Direito de Execução Penal	4
5. Direito Penitenciário	5
6. Finalidade da pena	6
7. Jurisdição ordinária e jurisdição especial.....	7
7.1. Lei de Execução Penal e Código de Processo Penal	8
7.2. Execução provisória da pena	8
7.2.1. Direitos e deveres do preso provisório	10
7.2.2. Execução provisória e prisão especial.....	10
7.2.3. Execução provisória da medida de segurança	11
7.2.4. Cumprimento da pena após julgamento em 2.º grau	11
8. Jurisprudência selecionada.....	12
9. Resumo do capítulo.....	13
Capítulo II – Direitos dos condenados	15
1. Punição e direitos gerais.....	15
2. Cooperação da comunidade	16

3. Jurisprudência selecionada.....	17
4. Resumo do capítulo.....	18
Capítulo III – Da classificação	19
1. Classificação do condenado.....	19
1.1. Antecedentes	20
1.2. Personalidade.....	20
2. Diferença entre exame de classificação e exame criminológico	21
2.1. Função da Comissão Técnica de Classificação	22
2.2. Importância da Comissão Técnica de Classificação.....	23
2.3. Importância do exame criminológico	24
2.4. Análise da personalidade	24
2.5. Identificação do perfil genético	24
2.5.1. Constitucionalidade da medida	25
2.5.1.1. Seletividade dos crimes	26
3. Jurisprudência selecionada.....	28
4. Resumo do capítulo.....	29
Capítulo IV – Assistência ao preso e ao egresso	31
1. Noções gerais	31
2. Modalidades de assistência	31
2.1. Assistência material e remição	32
2.2. Assistência à saúde.....	32
2.3. Assistência médica à mulher e ao recém-nascido	33
2.4. Assistência jurídica obrigatória	33
2.4.1. Defensoria Pública	34
2.5. Assistência educacional.....	34
2.6. Assistência social.....	36
2.7. Assistência religiosa	37
2.8. Assistência ao egresso.....	37
2.8.1. Conceito de egresso.....	37
3. Jurisprudência selecionada.....	38
4. Resumo do capítulo.....	39
Capítulo V – Do trabalho	41
1. Trabalho obrigatório	41
2. Individualização executória da pena sob o enfoque do trabalho.....	46
3. Banco de horas	46
4. Trabalho do preso e responsabilidade do Estado	47
5. Privatização de presídios	48

6. Trabalho externo	49
6.1. Requisitos para o trabalho externo	51
6.2. Causas para a revogação do trabalho externo	51
7. Jurisprudência selecionada.....	52
8. Resumo do capítulo.....	53
Capítulo VI – Dos deveres, dos direitos e da disciplina	55
1. Deveres do condenado.....	55
2. Direitos do condenado.....	59
2.1. Visita íntima.....	64
2.2. Direitos dos presos provisórios	67
2.3. Direitos dos internos.....	68
3. Disciplina.....	69
3.1. Legalidade	69
3.2. Normas disciplinares	71
3.3. Faltas disciplinares	72
3.4. Regime disciplinar diferenciado (RDD)	78
3.4.1. Constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado	79
4. Sanções e recompensas	83
5. Aplicação das sanções	87
5.1. Procedimento disciplinar	88
6. Jurisprudência selecionada.....	91
7. Resumo do capítulo.....	99
Capítulo VII – Dos órgãos da execução penal	103
1. Órgãos de execução penal	103
2. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	106
3. Juízo da execução	107
4. Ministério Público.....	116
5. Conselho Penitenciário.....	116
6. Departamento Penitenciário.....	118
7. Direção e pessoal dos estabelecimentos penais	119
8. Patronato.....	119
9. Conselho da Comunidade.....	120
10. Defensoria Pública	121
11. Jurisprudência selecionada.....	122
12. Resumo do capítulo.....	124
Capítulo VIII – Dos estabelecimentos penais	127
1. Preceitos gerais.....	127
2. Mobilidade do preso	136

3. Penitenciária.....	138
4. Colônia penal.....	140
5. Regime aberto.....	142
6. Centro de Observação.....	144
7. Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	144
8. Cadeia pública.....	145
9. Jurisprudência selecionada.....	146
10. Resumo do capítulo.....	148
Capítulo IX – Da execução das penas em espécie.....	151
1. Início da execução penal.....	151
2. Execução provisória da pena.....	151
3. Guia de recolhimento.....	152
4. Regimes.....	154
5. Critérios para a progressão da pena.....	156
5.1. Progressão por saltos e falta de vagas.....	164
5.2. Procedimento para o livramento condicional, indulto e comutação de penas.....	165
5.3. Regime aberto.....	165
5.4. Prisão albergue domiciliar.....	167
6. Regressão de regime.....	167
7. Autorizações de saída.....	169
7.1. Permissão de saída.....	169
7.2. Saída temporária.....	170
7.2.1. Trabalho externo.....	173
7.2.2. Período de saída temporária.....	173
8. Remição.....	176
9. Livramento condicional.....	182
9.1. Condições do livramento.....	186
9.2. Cerimônia do livramento.....	187
9.2.1. Apoio ao liberado.....	189
9.2.2. Revogação do livramento.....	189
9.2.3. Procedimento da revogação.....	191
9.2.4. Prática de nova infração penal durante o livramento.....	191
9.2.5. Extinção do livramento sem revogação.....	192
10. Monitoração eletrônica.....	193
10.1. Hipótese de cabimento.....	193
10.2. Deveres e cuidados por parte do condenado.....	194
10.3. Hipóteses de revogação.....	196

11. Penas restritivas de direitos.....	197
11.1. Disposições gerais	197
11.2. Revogação da pena restritiva de direitos.....	198
11.3. Alteração da forma de cumprimento	198
11.4. Prestação de serviços à comunidade.....	199
11.5. Limitação de fim de semana	201
11.5.1. Limitação de fim de semana e violência doméstica.....	202
11.6. Interdição temporária de direitos.....	202
11.7. Descumprimento da pena.....	205
12. Suspensão condicional da pena	205
12.1. Conceito e natureza jurídica.....	205
12.2. Duração e condições.....	206
12.3. Alteração das condições e fiscalização	207
12.4. Formalidades da concessão.....	209
12.5. Revogação do <i>sursis</i>	209
13. Pena de multa.....	210
13.1. Como deveria ser o cumprimento da pena de multa	210
13.2. Como ficou o cumprimento da pena de multa	210
13.3. Parcela duvidosa da aplicação da lei	211
14. Jurisprudência selecionada.....	212
15. Resumo do capítulo.....	220
Capítulo X – Da execução das medidas de segurança	229
1. Disposições gerais.....	229
2. A cessação da periculosidade.....	230
3. Jurisprudência selecionada.....	235
4. Resumo do capítulo.....	236
Capítulo XI – Dos incidentes de execução	239
1. As conversões.....	239
2. Conversões positiva e negativa	239
3. Conversão da pena em medida de segurança.....	243
4. Reconversão da medida de segurança em pena	245
5. Excesso ou desvio de execução	245
6. Anistia e indulto	246
7. Jurisprudência selecionada.....	248
8. Resumo do capítulo.....	250
Capítulo XII – Do procedimento judicial	251
1. Procedimento executório	251
2. Recurso	252

3.	Disposições gerais.....	252
3.1.	Sigilo.....	252
3.2.	Algemas	252
3.3.	Condenado político	253
3.4.	Separação de presos diferenciados.....	253
3.5.	Sigilo dos antecedentes.....	254
4.	Jurisprudência selecionada.....	254
5.	Resumo do capítulo.....	256
	Bibliografia.....	257
	Anexo - Projeto de Lei 9.054/2017	265
	Obras do Autor.....	313